

QUEM PODE VIR ATÉ AO GRITO — MARIA VELHO DA COSTA E A ESCUTA DE UM CORPO SILENCIADO

Susana Vieira¹

Resumo: Será percorrendo em passos silentes os corredores de um espaço instável na categorização e entre a ilusão de liberdade de um céu aberto e o fechamento do indivíduo determinado por "políticas de silenciamento" e "feridas coloniais" que a escritora Maria Velho da Costa² ensaiará a literatura como um campo de indagações, a partir do seu "Estudo Experimental: Doença Mental e Indústria", que receberá o título final de *Português, trabalhador, doente mental*, em 1976, ano da sua publicação: "O sujeito do dito estudo seria eu [...] O objecto seria uma amostra reduzida de trabalhadores da Indústria submetidos ao foro do Ministério da Saúde, após devidamente ratificados pelas autoridades competentes como *doentes mentais*" (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 14; destacado no original). Meio este que, pela legitimação da literatura, nos autoriza a desenvolver alguns pressupostos propostos pelo presente volume, em especial as questões relacionadas com os "múltiplos olhares" e "múltiplos sentidos" que a linguagem na sua pluralidade pode assumir, em especial para expressar a violência e a desigualdade social de casos reprodutores de ambiguidade, equívocos e (des)encontros.

Palavras-chave: literatura; linguagem; ambiguidade; equívoco; (des)encontro.

*Alucinando vozes e casos que passam a ser ouvidas e acontecidos³
queria agradecer-lhe muito o ter-me dado estas palavras⁴*

Recuando na história – sempre presente, porém –, recuperam-se as ideias de Rousseau e Voltaire de que o homem não nasce criminoso, é ele alguém que a sociedade torna criminoso, e, por essa razão, é possível a sua reabilitação, revertendo-se o *efeito social maléfico*, através da vigilância permanente e do isolamento. Rapidamente se chega ao iluminista Bentham e à arquitetura circular da psiquiatria-penitenciária. Em Portugal a demência ou inaptidão *per se* já revestia o sujeito em agente – e ato! – criminoso, um ponto negro na sociedade, despindo-o da sua personalidade.

Na Lisboa oitocentista as caves e as cocheiras eram os depósitos dos alienados, designação comum. Desenha-se assim o modelo misto de saúde e cárcere do Hospital Psiquiátrico Miguel Bombarda, o primeiro em Portugal, que abre as portas do seu complexo de enfermarias e pavilhão *panoptikon* em 1848. Este, ao

1 Doutoranda em Estudos de Literatura; investigadora integrada de doutoramento no Instituto de Estudos de Literatura e Tradição da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; investigadora integrada no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; susanatvieira@gmail.com.

2 (1938-2020) Produtora de uma linguagem textual pós-modernista do experimentalismo português, que transfere para o texto a dor, o indivíduo e a margem.

3 MVC, *Mapa cor de rosa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p. 139.

4 MVC, *Português trabalhador doente mental*. Lisboa: Seara Nova, 1976, p. 154.

contrário dos poucos que na época se disseminavam pela Europa, rapidamente – por razões desconhecidas – cede o lugar do cilindro de vigia no centro, primeiro, a uma bica de água, depois, a um lago, que também desapareceu. Ainda, contrariamente à ideia de se fechar o espaço por forma a facilitar a vigilância na escuridão, no caso do Bombarda, primeiramente batizado com o nome de Rilhafoles (por se situar justamente na quinta com o mesmo nome, outrora convento pertencente a uma ordem religiosa, a de São Vicente de Paula, ainda atuante), o centro encontrava-se aberto para o céu, elemento desestabilizador do conceito de encarceramento.

Será percorrendo em passos silentes os corredores deste espaço instável na categorização e entre a ilusão de liberdade de um céu aberto e o fechamento do indivíduo determinado por "políticas de silenciamento" e "feridas coloniais" que a escritora Maria Velho da Costa, ao abrigo das suas atividades de funcionária de investigação em Ciências Humanas Aplicadas à Indústria do Serviço de Produtividade do Instituto Nacional de Investigação Industrial do Ministério da Economia, ensaiará a literatura como um campo de indagações, a partir do seu "Estudo Experimental: Doença Mental e Indústria", que receberá o título final de *Português, trabalhador, doente mental*, em 1976, ano da sua publicação: "O sujeito do dito estudo seria eu [...] O objecto seria uma amostra reduzida de trabalhadores da Indústria submetidos ao foro do Ministério da Saúde, após devidamente ratificados pelas autoridades competentes como *doentes mentais*" (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 14; destacado no original).

O tema da saúde mental não é uma novidade do século XXI nem exclusivo das ciências biomédicas. Talvez o fenómeno de isolamento que vivemos recentemente a uma escala global tenha suscitado a sua atenção. Trata-se, porém, de algo que acompanha o humano desde o nascimento da sua palavra, e tema discutido em áreas diferentes: filosofia, artes plásticas, teatro, sociologia, literatura..., especialmente desde que Hegel, nas suas elaborações dialéticas, entendeu a *loucura* como premissa essencial da equação humana, formulada esta pela razão, desrazão – ou contrariedade presente na razão – e sua superação. O tópico ganha os contornos românticos explorados nas áreas mencionadas quando esse reencontro é feito em condições contraproducentes e todo o cenário denuncia uma analogia com sistemas políticos repressores da liberdade de se ser. Assim, numa perspetiva pós-colonial, o corpo do asilado é colonizado e redesenhado por quem o julga a partir de um sistema de valores embasado numa moral de regramento, deliberação, contenção e proibição. Esta moral, ela própria, não é senão um regime de encarceramento no seio de um sistema que igualmente encarcera e molda corpos e pensamentos, ou seja, um mesmo espelho no interior do qual se refrata em sucessivas óticas o mesmo objeto, o ser em processo de despersonalização e como reflexo do medo. Viver numa comunidade pressupõe que todos os seus elementos sejam comuns entre si, viver numa sociedade determina que todos os participantes se associem numa distribuição homogénea de predicativos. Recuperando o étimo da palavra, o normal é a medida certa e igual decretada pelo esquadro, sem inclinações de qualquer tipologia. Se há um desbordamento, a anatomia social defronta-se com

um corpo estranho que é preciso exilar, o que não deixa de ser paradoxalmente curioso: espera-se, com o internamento asilar, um reposicionamento dos lugares internos do ser, situação que, pela sua imagem, culpabiliza a sociedade como a causa do deslocamento, da qual é preciso, então, refugiar-se. Daí a necessidade de Artaud se desterritorializar por meio de um *corpo sem órgãos*, recusando condicionar-se a uma estrutura social cuja moralidade não se ajustava ao seu eu e não permitia a sua enunciação. Esta proposição, em diálogo com a obra mencionada de Maria Velho da Costa, compreende a tese da violência e da desigualdade que se problematiza no texto — um corpo em resistência superando a própria finitude e a de um condicionamento social — e expõe a ideia de que os asilados são reduzidos a uma condição de bestialidade, figuras secas presas numa linguagem do silêncio. Por conseguinte, em consciência de que o direito humano não passa de um conceito fantasmático, e na ausência de uma linguagem dos afetos, o alienado esboça uma linha de fuga diferente perscrutando a *gramática de uma nova linguagem que ainda está por ser encontrada*:

O gesto é sua matéria e sua cabeça [...] Ele parte da necessidade da palavra mais do que da palavra já formada. Mas, encontrando na palavra um beco sem saída, ele volta ao gesto de modo espontâneo. [...] Ele traz novamente à luz as relações incluídas e fixadas nas estratificações da sílaba humana e que esta, ao se fechar sobre elas, matou (ARTAUD, 1999, 129).

Perceber como estas imagens se articulam e concorrem para subsidiar as noções de exclusão e periferia e de uma sociedade estratificada por classes sociais que deve ser denunciada

(“Sei que poderia um dia repegar naquele tempo e espaço e dele fazer à maneira Kafkiana ou dantesca ou minha, uma denúncia radical de todo o universo concentracionário, de toda a crueldade larvar das instituições fechadas. Sei que, pegando-lhe em termos de luta de classes, ali foi onde a vi [...] Luta ali de morte, em que os quadros de referência dos direitos de cada classe distribuídos por uma sociedade injusta são caricaturados até um limiar insuportável” (MARIA VELHO DA COSTA, 1976: 17-19))

foi o que a escritora pretendeu com o seu texto, que observa o asilado no seu percurso desencantado de deslocado, antecipando como certa a ideia de que ninguém neste mundo se encontra. Assim, o dimensionamento do corpo imperfeito e da voz distorcida internalizados na clausura panóptica e uma *desconstrução anorética* da linguagem embasada na censura e na citada violência.

Logo, a solução aventada por Artaud — de desterritorialização — esconde a incomportabilidade do elemento excluído com o qual não é possível reestabelecer a comunicação. O sistema deslegitima e dessacraliza a sua linguagem e condena-o à privação: “As palavras do ébrio, do louco que delira, da pessoa idosa [...] Palavras onde não há um outro, imediatamente insignificantes por falta de ouvinte” (BRETON, 1997, 101). Não tenhamos ilusões: o hospício começa por ser um valhacouto, *i. e.*, lugar e pretexto de velamento dos defeitos nascidos no seio da sociedade — repertório

interno e fechado dos signos do a-normal, avaliado, sem consideração pela sua dor, em função da diferença física e patologia do foro mental, em contraponto com o normal (o que se conforma com a castração). O *doente* permitia-se tirar a máscara e experimentar a violência dos afetos e da vulnerabilidade. A hiperbolização passional expressa-se quando o mundo à volta se torna um bloco sem passagem e as estruturas impermeáveis de religação com o outro se tornam porosas — nesse momento, o que justificava uma integridade do ser se desmaterializa e o expõe à fragilidade; as paredes em volta ficam mais finas e deixam passar todos os sons que se tornam incompreensíveis e os rostos da memória ficam delgados e sem espessura. Para resgatar esse mundo é preciso saber vigiar a palavra, não dizer tudo. Para descrever um mundo sem memória a linguagem do humano não é suficiente. O corpo desterritorializa-se dessa linguagem artificial, despega-se do pouco chão que resta e entra no excesso.

Desde o final do século XVIII começa a desenvolver-se a institucionalização asilar e um regime disciplinar de repreensão do corpo e da sua manifestação do excesso. A sociedade, blindada por um discurso de normativas, distingue o humano do animal, atribuindo, em medida das suas intensidades, estas mesmas diferenciações ao ser e diagnosticando o seu lugar, ou seja: de um lado, o corpo humano, permitido porque limitado por valores morais; de outro, o corpo interdito, fraturante, explosivo, estranho. Esse *objeto* em derruição é

o psicótico [...] indivíduo cuja consciência de estar no mundo não suporta a excessiva diferença e distanciação entre os homens (que lhe é feita). Daí a fazê-lo um revolucionário [...] Mas no asilo [...] é preciso conter, fechar, não ouvir. Ou **ouvir de outro modo**. E **quantas interpretações ditas psicanalíticas não servem apenas para reduzir o outro ao seu lugar** [...] numa ordem social inalterável (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 19; destacado no original)

Sublinho estas frases porque, na sua “Carta aos Diretores de Asilos de Loucos” (laborada no Hospital Psiquiátrico de Rodez, França), Artaud escrevia que

As leis, os costumes, concedem-lhes [aos Diretores] o direito de medir o espírito. Esta jurisdição soberana e terrível, **vocês a exercem segundo seus próprios padrões de entendimento** [...] Sabe-se — nunca se saberá o suficiente — que os asilos [...] são cárceres [...] onde os reclusos fornecem mão-de-obra gratuita e cómoda, e onde a brutalidade é norma. E vocês toleram tudo isso. O hospício de alienados, sob o amparo da ciência e da justiça, é comparável aos quartéis, aos cárceres, às penitenciárias. [...] [É] um delírio, tão legítimo e lógico como qualquer outra série de ideias e atos humanos. A repressão das reações antissociais [...] é tão quimérica como inaceitável. Todos os atos individuais são antissociais. [...] em nome dessa individualidade, que é património do homem, reclamamos a liberdade (ARTAUD, s.d., s.p.; sublinhado meu).

Por seu lado, Maria Velho da Costa — de cujo trabalho falarei de seguida — escrevia sobre a instituição asilar ser “um dos lugares onde a sociedade escondia e punia os sem membros atingidos do maior mal — a *incapacidade de vender a sua força de trabalho, a incapacidade de conformar-se aos valores ideológicos*

que a classe dominante lhes impunha: trabalho alienante, troca de afectos pobre, resignação, passividade” (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 15-16; destacados no original); eram estes que representavam

um multiforme *não* da consciência que se recusa a qualquer forma de participação num real social que a alienou *radicalmente*. E que responde pela caricatura delirante, pela apatia pré-suicidária, pela agressividade criminal, pela total mendicância afectiva e material — responde um trágico, porque invalidante, porque impotente — Não. [...] pago ao preço alto da total aniquilação [...] daquele que faz (e lhe é feito) do asilo sua última morada (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 15-16; destacados no original).

No entanto, e apesar da aplicação de terapias e instrumentos de fiscalização e domesticação das inclinações e dos sentidos, o asilado continuaria a viver os seus fantasmas.

O relatório *Português, trabalhador, doente mental*, como supramencionado, trata-se de um trabalho de campo iniciado ainda num período pautado pela ditadura salazarista e a guerra colonial. A abrir o estudo, recebe-nos a epígrafe do antropólogo Lévi-Strauss que nos informa que “A loucura é o equivalente estatístico de uma função social não reconhecida”. Será o (des)enquadramento indigno atribuído pela sociedade a essa “função social não reconhecida” que motivará a recolha, durante dois anos (“Dois anos de proximidade do que ali vi pela primeira vez jamais me trouxeram habituação ao sentimento de sordidez e abjecção, trágico equívoco de todos os que percorrem aqueles espaços abertos ou fechados, tratadores e doentes” (MARIA VELHO DA COSTA, 1976: 15)), de testemunhos realizada *in loco* pela autora, e que resultará no presente livro. Acontece que “o real que esses nomes ocultam não é ludibriável, e, ao mergulharmos na sua espessura, ao ressentir-lhe como monstruosas as contradições, ao averiguar-lhe da génese, certas designações e a trajectória e atitudes nelas implícitas nos parecem [...] monstruosas” (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 14). Assim, nas palavras da escritora, o relatório serviria “para dar sinal [...] do imenso teor de **ambiguidade** e absurdo de instituições ratificadas pelo sistema legal aparentemente razoável por que somos regidos” (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 13; sublinhado meu). Em termos formais, no seu caso, essa ambiguidade reflete-se na exploração do registo híbrido (espelho de uma corrente pós-modernista), a sustentar o relato do investigador afeto ao observado e o do escritor afetado pelo percebido. Amparando-se no literário, procura corrigir essa tensão e, num quase exercício de violência sobre o sentido, gerar os sentidos. Como é próprio da coisa literária, admite a falha (pois que esta é uma figura intencional e, pela sua disposição, a presença humana no texto), os espaços lacunares de respeito ao silêncio e o outro, mas com reservas. Movimenta estes campos dissonantes distorcendo, e fazendo coexistir, códigos genológicos estabelecidos: o relato do real e o excuro do literário, exercendo um discurso que desforma o *tecido de significado* (BRETON, 1997) e infringe os *lugares-comuns* (BARTHES, 2006), para dar conta do lado indócil que nenhuma ordem governa: “A

profunda estranheza e horror [...] que me inspirava o processo de pariarização⁵ do doente mental, o sentimento de carência da própria equipa tratadora face às novas e divergentes orientações da psiquiatria moderna [...] contribuíram para radicalizar o **equivoco** da minha situação” (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 17; sublinhado meu).

Numa tentativa de escuta e receção, Maria Velho da Costa recolhe a palavra fragmentada do outro neste seu trabalho que, pela imagem distópica, alegoriza a inquirição que torna o que deve ser no admissível —

a ordem e a disciplina e o discurso severo das instituições que servem o poder dos mais poderosos são dementes e caóticos. [...] a restauração do país não passa só pelo trabalho dos que mais trabalham, pela reestruturação das estruturas dos mesmos poderes. E a quem ordeiramente queira lembrar-me que a loucura pode existir em qualquer lugar [...] possam estes pequenos diálogos gaguejados, carregados de escuta desprevenida e atenta e esperançosa e penosa, retorquir que a arte, instrumento de [...] denúncia *outra*, transgressora da disciplina “normal” de perceber o real, a arte, também (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 166; destacados no original) —

e se materializa: em quatro partes: a) introdução (na qual Maria Velho da Costa contextualiza os propósitos do trabalho e tece considerações pessoais sobre a sua realização:

fazer [...] uma denúncia radical de todo o universo concentracionário, de toda a crueldade larvar das instituições fechadas. [...] em termos de luta de classes, ali foi onde a vi [...] mais mostruosa e camuflada, pela demissão definitiva e trágica dos mais desmunidos, esses *lumpen dos lumpen*⁶ — **os doentes mentais**, // pela aberração “científica” de considerar tratável [...] a distorcida percepção do real [...] — **os psiquiatras**. Luta ali de morte, em que os quadros de referência dos direitos de cada classe distribuídos por uma sociedade injusta são caricaturados (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 17-19; destacados no original e sublinhados meus));

b) entrevistas (que seguem uma estrutura esquemática — família, formação, atividade profissional, instituição psiquiátrica e reintegração socioprofissional —, nem sempre imparcial, pois se percebe que o tom das questões conduz a resposta no sentido desejado, mais pessoal:

muitas vezes começo a lembrar-me da minha vida, **vidas que tenho passado amarguradas** (...) — Tem vontade de chorar nessas alturas? — Sim, sim. — Fica assim amarfanhado (...) — Sim, sim (...) muitas vezes até me ficam picadas no coração. (...) Umhas vezes é por causa de camaradas, outras [...] por causa dos meus pais [...] outras é por causa dos meus filhos... — Pois, mas é sempre um desgosto, não é? — É sim. — O Sr. António costuma [...] chorar assim a valer ou acha que um homem não deve chorar? — [...] eu chorando fico mais aliviado [...] se [...] não me deixam chorar [...] fico enervado [...] — Sempre que se sente assim num desgosto grande,

5 Descredibilização, porque visto como uma ameaça à ordem social e moral.

6 Camada social do proletariado que vive na miséria e sem consciência de classe; pessoa marginal porque sem ocupação contributiva na sociedade.

ou magoado, dá-lhe um ataque (...) — Sim, se não me deixarem chorar (...) — Se não o deixarem chorar [...] descarrega com o ataque. Depois sente-se bem (...)? — Depois, se estiver sozinho, mordo-me todo (...) — Mas se isso não acontecer, o que é que acontece? — Não sei explicar (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 37-38 e 43; parêntesis curvos no original; sublinhados meus)

— por meio da falha observa-se a existir no lugar de construção e encontro das “**vidas que tenho passado amarguradas**”); c) um posfácio “de propósito, literário” — com a indicação de se tratar “de fora parte”, e iniciado com uma epígrafe extraída de *Ondas*, de Woolf, que traduzo livremente: “entre as torturas e devastações da vida [...] os nossos amigos não são capazes de terminar as suas histórias”; entra-se, assim, no literário por meio de três momentos titulados “Pevide”, “Piteira” e “Pinho” — textos que fazem um atravessamento em concerto para d) a última parte ou “Nota final” onde a autora, mantendo o registo da introdução, reitera apreciações de monta pessoal: “Os internados [...] que inspiram estes textos, os literários [...] Não (me) diziam exactamente o que aqui transcrevo do que eles me diziam. E devo eu dizer que os ouvi”, por isso “Exponho esta “clandestinidade” [...] Em honra de todos aqueles que, confrontados com instituições e legalidades absurdas, se passam honradamente para o outro lado, o da luta oculta” (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 165; aspamento no original).

Cada parte dá conta da cronologia de execução do trabalho: desde que entrou no hospital, em 1972, onde imergiu até 74, tendo escrito os seus fragmentos de configuração literária no ano intersticial de 73 (ainda no decorrer do período ditatorial salazarista) e concluído a nota final em 76, ano já da publicação e da pós-revolução. Momento este em que “Muito hesitei ao dar cunho tão pessoalizado a estas notas [...] Mas vivemos num tempo de avaliação dos erros que cometemos e/ou nos foram impostos. Tempo de crítica, autocrítica, até ao limite amargo da denúncia, do sanear” (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 14).

O texto vale-se de duas posições, o dizer e o não-dizer, cuja intensidade e variação de sentido (coação ou escolha) são balizadas pelo sistema institucional, podendo cada uma ser ferramenta de protesto ou condenação. Seja como for, uma e outra são figuras do excesso que formam o húmus do excluído. Quer pelo dizer quer pelo não-dizer (apoio-me na ideia de que, em vez de dizer, o silêncio significa), o doente mental está sempre numa posição precária de defesa, porquanto, na iminência da enunciação do eu, qualquer uma das posições o compromete, na medida em que, pelo seu uso significativo, representam formas de dissidência no contrato social: “Impõe-se uma situação ao seu corpo, impedindo um indivíduo [...] dos meios de se defender, ou de fazer ouvir os seus direitos” (BRETON, 1997, 84) — “há um grito. Ninguém me ouve agora, que o têm atravessado na garganta deles, noite e dia, mas sabem afagá-lo, têm pequenas cápsulas de muitas cores para que não o soltem” (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 159).

Assim, no plano do fingimento os relatos são manipulados, invertendo-se o jogo gramatical, *i. e.*, em lugar de reformulá-los num discurso indireto, deixa-os

atuar com voz própria. Nada devendo ao mundo que o enjeitou, o espoliado de afetos aprende a ser a partir de elementos por si construídos como memórias, onde a invenção é o único possível:

nada me chegava [...] talvez porque eu quisesse o pouco [...] Acho que passaram os tempos todos e eu não me fazia [...] nada, de nada feita. [...] fui não estando à espera. Porque estando à espera, não fazia nada que não fosse da espera e ela gasta-se. Há um podre na coisa quieta sem uso que vem do dentro para o fora (MARIA VELHO DA COSTA, 1076, 157-158).

Neste texto de **ambiguidades, equívocos, desencontros**, em que se reclama a escuta e a propriedade sobre o próprio corpo,

Resta-me [...] poder crer, que será dada resposta a estas vozes perdidas. Que a nova sociedade [...] terá em conta aqueles a quem as suas contradições levaram já para o “outro lado” — a morte asilar ou a sua iminência, a rejeição no local de trabalho e na família [...], a indiferença das instituições assistenciais, o sentimento de estranheza e inimportância da vida própria, sintoma da alienação de nós todos (MARIA VELHO DA COSTA, 1976, 20; aspamento no original).

Deixo as conclusões — se as houver — para posteriores desenvolvimentos que a leitura do presente texto possa suscitar (ou provocar), não esquecendo que os conceitos destacados — **ambiguidades, equívocos, desencontros** — se legitimam pelo viés da literatura, linha paralela (e não oblíqua) ao que, pela liberdade da imaginação, se faz indivíduo por direito (o *corpo silenciado* que reclama a *escuta* e apela a *quem* ao seu *grito* fundo possa chegar), mesmo que o **encontro** nem sempre seja o resultado mais evidente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ARTAUD, Antonin. **Carta aos poderes**. Porto Alegre, Editorial Villa Martha, 1979.

ARTAUD, Antonin. **O teatro e seu duplo**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**. Lisboa, Edições 70, 2006.

BRETON, David Le. **Do silêncio**. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.

COSTA, Maria Velho da. **Português, trabalhador, doente mental**. Lisboa, Seara Nova, 1976.

COSTA, Maria Velho da. **Mapa cor de rosa**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

FIGUEIREDO, Abílio Madeira. **Corpo, silêncio e desejo**. Hermenêutica do silêncio e da palavra na relação cuidativa. Tese de doutoramento apresentada em 2010 ao Instituto Politécnico da Guarda, com vista a perceber o “corpo do outro como espaço de subjectividade e expressividade”.

GREINER, Christine. **O corpo**. Coimbra: Annablume, 2012.